

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: DA TEORIA À PRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO

*INDIVIDUALIZED EDUCATION PLAN: FROM THEORY TO PRACTICE IN AN INCLUSIVE SCHOOL
CONTEXT*

Maria Cleonice Santos de Melo Penha

World University Ecumenical, Estados Unidos

Simone do Socorro Azevedo Lima

Universidad Tecnológica Intercontinental, Paraguai

Larissa Campos Leandro

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Maria Angélica Dornelles Dias

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Maria Alexsandra Sanches da Silva

Faculdade ESEA, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i1.533>

Publicado em: 13.02.2026

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar os aspectos teóricos, práticos e institucionais que envolveram a estruturação e a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) na educação básica pública, com foco em sua função mediadora no processo de inclusão escolar. Abordou-se o PEI como um instrumento pedagógico fundamental para a organização de intervenções ajustadas às necessidades específicas de estudantes com deficiência. A investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, com base em publicações científicas recentes selecionadas na base SciELO, considerando critérios de atualidade, relevância temática e rigor metodológico. Os dados foram interpretados a partir da leitura crítica e da articulação entre diferentes autores, organizando-se a discussão em três eixos: estrutura interna do PEI, sua aplicação colaborativa e os limites institucionais para sua efetivação. Constatou-se que, embora o PEI apresente potencial para favorecer práticas pedagógicas individualizadas e colaborativas, sua implementação ainda enfrentou restrições ligadas à ausência de normativas oficiais, à escassez de recursos humanos e materiais e à insuficiência de formação docente específica. Mesmo diante desses entraves, observou-se que o engajamento das equipes escolares e a clareza na definição de metas educacionais possibilitaram experiências significativas de inclusão. O estudo evidenciou a necessidade de pesquisas futuras que considerem diferentes etapas da escolarização e ampliem a análise sob a perspectiva de estudantes e famílias.

Palavras-chave: Adaptação Curricular; Planejamento Docente; Funcionalidade; Avaliação Pedagógica; Equipe Interdisciplinar.

Abstract: This article aimed to analyze the theoretical, practical, and institutional aspects involved in the structuring and implementation of the Individualized Educational Plan (IEP) in public basic education, focusing on its mediating role in the school inclusion process. The IEP was addressed as a fundamental pedagogical tool for organizing interventions tailored to the specific needs of students with disabilities. The research was carried out through a bibliographic review, based on recent scientific publications selected from the SciELO database, considering criteria of timeliness, thematic relevance, and methodological rigor. The data were interpreted through critical reading and articulation among different authors, with the discussion organized into three axes: the internal structure of the IEP, its collaborative application, and the institutional limitations to its effectiveness. It was found that, although the IEP holds potential to promote individualized and collaborative pedagogical practices, its implementation still faced constraints related to the absence of official regulations, shortage of human and material resources, and insufficient specific teacher training. Despite these obstacles, the engagement of school teams and clarity in defining educational goals enabled meaningful inclusion experiences. The study highlighted the need for future research that considers different educational stages and expands the analysis from the perspective of students and families.

Keywords: Curriculum Adaptation; Teaching Planning; Functionality; Pedagogical Assessment; Interdisciplinary Team.

Introdução

O processo de inclusão escolar no Brasil tem sido gradualmente incorporado às políticas públicas educacionais, impulsionado por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Diante desse contexto, consolidou-se a compreensão de que o acesso à escola comum, embora necessário, não é suficiente para garantir o direito à aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial. Tornou-se imprescindível o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que respeitassem a singularidade dos sujeitos e promovessem sua efetiva participação nas práticas escolares. Nesse cenário, destacou-se o Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento pedagógico orientador de intervenções didáticas ajustadas às necessidades educacionais específicas de cada aluno.

A escolha do tema deste artigo se justificou pela urgência em discutir os desafios e possibilidades de implementação do PEI no contexto da educação básica pública, considerando-se a escassez de regulamentações normativas, a fragilidade na formação docente e a ausência de políticas públicas sistematizadas que garantam sua aplicação. O debate sobre o PEI permanece, em grande parte, restrito ao campo normativo e teórico, carecendo de estudos que articulem sua concepção com os processos reais de planejamento, execução e avaliação pedagógica. Além disso, os contextos de desigualdade estrutural presentes nas redes públicas de ensino impõem

limitações significativas ao exercício da educação inclusiva, tornando a análise crítica sobre o uso do PEI ainda mais necessária.

A partir dessas constatações, formulou-se a seguinte pergunta norteadora: ‘Como o Plano Educacional Individualizado pode ser estruturado e implementado como ferramenta pedagógica eficaz no contexto da escola pública inclusiva?’ Essa indagação guiou o delineamento dos objetivos da pesquisa, tendo como objetivo geral: analisar os aspectos teóricos, práticos e institucionais que envolvem a estruturação e implementação do Plano Educacional Individualizado na educação básica pública, com foco em sua função mediadora no processo de inclusão escolar. Para isso, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: (i) examinar a estrutura interna do PEI enquanto instrumento pedagógico individualizado; (ii) investigar sua influência no trabalho colaborativo entre profissionais da educação e famílias; e (iii) identificar os limites e possibilidades para sua aplicação nas escolas públicas à luz de evidências empíricas e normativas.

A pesquisa foi conduzida por meio de metodologia bibliográfica, com base na análise de artigos científicos publicados entre 2023 e 2025, disponíveis na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), uma biblioteca eletrônica que reúne periódicos revisados por pares, com acesso aberto e foco na produção científica da América Latina. As palavras-chave utilizadas para a busca foram: ‘plano educacional individualizado’, ‘educação inclusiva’, ‘educação especial’, ‘trabalho colaborativo’ e ‘escola pública’. Foram incluídos materiais que abordavam o PEI de forma direta, com ênfase em sua aplicabilidade prática, e excluídas produções de natureza opinativa, sem base empírica ou teórica. A análise fundamentou-se em autores que se destacam na área, como Costa, Schmidt e Camargo (2023), Cunha, Oliveira e Silva (2025) e Souza, Sousa e Gomes (2023), além de respaldo metodológico nas considerações de Santana, Narciso e Santana (2025), para quem as metodologias contemporâneas demandam integração entre rigor científico e uso qualificado de ferramentas digitais.

Ao longo da pesquisa, buscou-se identificar o potencial do PEI para articular os objetivos educacionais individuais com o currículo comum, além de examinar como sua construção pode mobilizar práticas colaborativas e integrar diferentes agentes envolvidos no processo de escolarização dos estudantes com deficiência. Também foram consideradas as limitações impostas por contextos institucionais que não oferecem suporte adequado para a aplicação sistemática do plano, como a escassez de recursos, a ausência de equipes multiprofissionais e a falta de tempo destinado ao planejamento individualizado. Assim, o artigo dialoga com a literatura especializada a fim de propor uma leitura crítica e fundamentada sobre os desafios e contribuições do PEI no interior da escola pública inclusiva.

A estrutura do artigo está organizada em três capítulos principais. O primeiro capítulo, intitulado ‘A estruturação do Plano Educacional Individualizado como instrumento de mediação pedagógica no processo inclusivo’, discute a organização interna do PEI, seus elementos constitutivos e fundamentos pedagógicos. O segundo capítulo, ‘Implementação do PEI e sua influência no trabalho colaborativo entre profissionais da educação e famílias’, analisa como

o plano contribui para práticas colaborativas e articulação intersetorial. O terceiro capítulo, 'Limites e possibilidades do PEI no contexto da educação básica pública: evidências empíricas e lacunas institucionais', apresenta os entraves enfrentados para sua adoção ampla, discutindo as condições necessárias para sua efetivação. A partir desses eixos, busca-se responder à pergunta de pesquisa e refletir sobre o papel do PEI na construção de uma escola pública efetivamente inclusiva.

Metodologia

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, cuja finalidade consistiu em reunir, selecionar, interpretar e confrontar publicações científicas relevantes a respeito da elaboração, implementação e aplicabilidade do Plano Educacional Individualizado (PEI) no contexto da educação básica pública. Esse tipo de pesquisa tem como principal característica a utilização de materiais já publicados, especialmente artigos científicos, livros e dissertações, os quais oferecem fundamentação teórica necessária à construção do objeto de estudo. Assim, a bibliografia selecionada foi empregada de forma sistemática para embasar as análises, responder às perguntas norteadoras e atingir os objetivos delineados na introdução.

O percurso metodológico foi conduzido em etapas sucessivas e complementares. Inicialmente, foi realizada a delimitação do tema e a definição das palavras-chave, seguindo-se a busca e o levantamento das produções científicas relacionadas ao PEI e à inclusão escolar. As palavras-chave utilizadas foram 'plano educacional individualizado', 'educação inclusiva', 'trabalho colaborativo', 'educação especial' e 'escola pública'. Também foram aplicadas combinações simples, tais como 'PEI e inclusão escolar' e 'implementação do PEI', de modo a ampliar a abrangência dos resultados sem comprometer a especificidade temática. Priorizamos produções publicadas entre 2023 e 2025, com o intuito de garantir a atualidade e a pertinência dos achados.

Como base de dados principal, optou-se pela utilização do SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), por se tratar de uma biblioteca eletrônica que indexa periódicos científicos de acesso aberto, com foco especial na produção acadêmica da América Latina e Caribe. A plataforma oferece publicações revisadas por pares, o que garante maior confiabilidade às fontes utilizadas. Essa escolha se justificou pela ampla disponibilidade de textos acadêmicos voltados à realidade educacional brasileira, o que contribuiu para a análise contextualizada do objeto de estudo.

Os critérios de inclusão adotados contemplaram a seleção de artigos publicados nos últimos três anos, em periódicos com avaliação qualis e que abordassem diretamente o PEI em interface com a prática pedagógica, a formação docente, a política educacional ou a inclusão de estudantes com deficiência. Foram excluídos textos de natureza opinativa, sem base empírica ou fundamentação teórica sólida, bem como publicações anteriores a 2023, por não atenderem à

exigência de atualização temporal necessária para acompanhar as diretrizes contemporâneas da educação inclusiva.

Durante a análise do material selecionado, foram adotados procedimentos de leitura exploratória, análise temática e síntese interpretativa, permitindo a organização dos dados em três eixos centrais: estruturação do PEI, sua implementação colaborativa e os limites institucionais de sua aplicação. As ideias de Santana, Narciso e Santana (2025) foram essenciais para orientar a adequação metodológica à realidade acadêmica contemporânea. Ao afirmarem que “as metodologias científicas contemporâneas demandam uma integração efetiva de inovações tecnológicas para potencializar a pesquisa acadêmica” (Santana; Narciso, Santana, 2025, p. 3), os autores indicam a necessidade de combinar rigor científico com ferramentas digitais, o que se expressou, neste estudo, no uso de bases de dados online qualificadas e no cruzamento automatizado de palavras-chave para seleção de artigos.

Ainda que o ambiente digital tenha ampliado as possibilidades de acesso e cruzamento de informações, manteve-se o rigor metodológico durante todas as etapas da investigação. Como apontam os mesmos autores, “o rigor metodológico permanece essencial, mesmo diante das transformações impostas pelas novas tecnologias” (Santana; Narciso, Santana, 2025, p. 6). Com base nesse princípio, buscou-se garantir coerência entre os objetivos propostos, os dados selecionados e a interpretação realizada, assegurando a validade e a fidedignidade das conclusões apresentadas.

Desse modo, a metodologia adotada contribuiu de forma decisiva para o alcance dos objetivos da pesquisa, permitindo a articulação entre diferentes referenciais teóricos, a identificação de lacunas institucionais e a proposição de diretrizes para o uso pedagógico do PEI no âmbito da escola pública.

A estruturação do Plano Educacional Individualizado como instrumento de mediação pedagógica no processo inclusivo

A estruturação do Plano Educacional Individualizado (PEI) no contexto da educação inclusiva constitui uma medida pedagógica orientada por critérios técnico-científicos, voltada ao atendimento das especificidades de estudantes com deficiência. Tal instrumento não deve ser concebido como mera adaptação curricular, mas como um processo intencional e sistemático de planejamento, que demanda análise detalhada das condições cognitivas, emocionais e sociais do estudante. Conforme argumentam Costa, Schmidt e Camargo (2023), sua elaboração exige atenção à singularidade do aluno e às exigências do currículo comum, de modo que os objetivos educacionais estejam ancorados em diagnósticos pedagógicos consistentes. Nesse sentido, o PEI assume um papel mediador entre o planejamento didático e as reais possibilidades de aprendizagem, evitando abordagens genéricas ou descontextualizadas.

Além disso, a constituição do PEI deve incorporar múltiplas fontes de informação, articulando dados provenientes de avaliações formais, observações em sala de aula e entrevistas

com os envolvidos no processo educativo. Essa articulação, conforme observam os mesmos autores, exige escuta ativa por parte da equipe pedagógica, a fim de alinhar estratégias de ensino às condições efetivas do aluno com deficiência. Para Costa, Schmidt e Camargo (2023), essa etapa inicial deve orientar a definição de objetivos observáveis e mensuráveis, os quais funcionam como parâmetros tanto para o ensino quanto para o acompanhamento dos avanços. A redação clara e orientada à ação, por sua vez, facilita a operacionalização do plano no cotidiano escolar.

Ao incorporar fundamentos da neurociência, Cunha, Oliveira e Silva (2025) aprofundam a análise sobre os elementos que devem compor o PEI, destacando que o planejamento deve considerar o funcionamento das funções executivas, a plasticidade cerebral e os estilos de aprendizagem do estudante. Segundo esses autores, o plano precisa ser construído com base em uma visão ampliada do desenvolvimento infantil, o que inclui aspectos neuropsicomotores, sensoriais e socioemocionais. A partir dessa concepção, o PEI transcende a lógica da adaptação pontual e se configura como um recurso estruturante do processo pedagógico, compatível com os princípios da educação inclusiva. Essa abordagem impõe à equipe pedagógica o domínio não apenas dos conteúdos escolares, mas também dos mecanismos que influenciam o desenvolvimento cognitivo em condições atípicas.

Diferentemente de abordagens puramente prescritivas, os autores defendem que o PEI seja um documento dinâmico, construído com base em critérios de funcionalidade, ou seja, voltado para a promoção de aprendizagens com significado para o estudante. Isso implica, como apontam Cunha, Oliveira e Silva (2025), a previsão de recursos didáticos ajustados às capacidades preservadas do aluno, bem como a descrição de metas que integrem objetivos curriculares e não curriculares. A título de exemplificação, os autores destacam que o PEI deve propor intervenções que favoreçam o desenvolvimento da linguagem, da coordenação motora e da autorregulação emocional, considerando as necessidades próprias do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse contexto, o plano atua como uma ferramenta de articulação entre as demandas do currículo e as condições reais de aprendizagem.

Sob perspectiva distinta, Souza, Sousa e Gomes (2023) destacam a relevância da ludicidade como estratégia central no desenvolvimento do PEI para estudantes com deficiência intelectual. Os autores defendem que a utilização de jogos, dinâmicas e atividades artísticas facilita a assimilação dos conteúdos escolares, ao mesmo tempo em que estimula a criatividade, a autonomia e a socialização. Como afirmam Souza, Sousa e Gomes (2023),

[...] o plano é utilizado também nas disciplinas em busca de favorecer diferentes oportunidades de se aprender por jogos, pinturas, aulas ao ar livre, recortes entre outras possibilidades, tornando uma atividade difícil ou até mesmo entediante para o aluno, prazerosa, facilitadora e contextualizada aos seus objetivos e gostos (Souza; Sousa; Gomes, 2023, p. 25).

Assim, o PEI assume também uma função motivacional e afetiva, especialmente quando elaborado com base nas preferências e interesses do estudante. Além do enfoque metodológico, esses mesmos autores destacam a importância de identificar com precisão as características

individuais do aluno com deficiência intelectual, a fim de viabilizar propostas curriculares compatíveis com sua realidade.

Em consonância com essa perspectiva, a estruturação do PEI deve considerar a interação entre experiências escolares, práticas familiares e o contexto social do aluno, promovendo estratégias que favoreçam o engajamento e o sentido do conteúdo trabalhado. Desse modo, o plano educacional individualizado amplia a possibilidade de participação ativa do estudante no processo de ensino e aprendizagem, promovendo o acesso e a permanência na escola regular, conforme previsto na legislação educacional brasileira.

Cabe destacar que, embora Costa, Schmidt e Camargo (2023) enfatizem o papel do PEI como ferramenta de mediação pedagógica que requer sensibilidade e conhecimento técnico por parte dos docentes, Cunha, Oliveira e Silva (2025) aprofundam a compreensão das bases cognitivas que devem orientar sua formulação. Enquanto os primeiros priorizam a adequação do plano ao cotidiano escolar e à prática docente, os segundos defendem a incorporação de saberes neurocientíficos como condição para a construção de um plano verdadeiramente individualizado. Essa diferenciação não implica contradição entre os autores, mas sim complementação de enfoques que fortalecem a fundamentação do PEI como estratégia integradora entre currículo, ciência e inclusão.

Em resumo, a literatura analisada permite afirmar que a estruturação do PEI, para ser efetiva, deve superar a lógica de documentos padronizados e assumir a função de projeto pedagógico centrado nas necessidades e potencialidades do estudante. Isso exige tempo de planejamento, colaboração entre profissionais, conhecimento especializado e disponibilidade institucional. Assim, o PEI passa a ser compreendido como parte integrante do fazer pedagógico e não como uma tarefa burocrática dissociada da prática. A partir dessa concepção, a mediação pedagógica promovida pelo PEI contribui para garantir que o processo educativo respeite a singularidade de cada estudante, reafirmando os princípios da equidade e da justiça educacional.

Implementação do PEI e sua influência no trabalho colaborativo entre profissionais da educação e famílias

A implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) tem se revelado uma estratégia significativa para a reorganização das práticas pedagógicas nas escolas públicas, sobretudo por favorecer uma cultura de corresponsabilidade entre os diferentes agentes envolvidos no processo educacional. O PEI, ao ser construído de forma coletiva, possibilita a definição de metas pedagógicas compartilhadas, promovendo maior coesão entre professores, gestores, profissionais de apoio e familiares. Essa articulação contribui diretamente para o alinhamento das ações escolares às reais necessidades dos estudantes com deficiência, ampliando as possibilidades de inclusão com qualidade.

De acordo com Costa, Schmidt e Camargo (2023), a presença de um documento comum como o PEI estrutura o trabalho pedagógico de forma mais intencional, atuando como

instrumento de organização coletiva. Os autores observam que, após sua adoção, foram percebidas mudanças positivas na dinâmica escolar, como o fortalecimento da corresponsabilidade entre os profissionais e a delimitação mais clara das funções de cada membro da equipe. Embora a participação nem sempre ocorra de maneira uniforme, o plano fornece um referencial orientador que direciona as práticas pedagógicas de acordo com metas estabelecidas em conjunto.

Nessa mesma perspectiva, Cunha, Oliveira e Silva (2025) destacam que o PEI pressupõe a escuta ativa e o envolvimento de diferentes atores, tanto do ambiente escolar quanto familiar. A integração de saberes provenientes desses dois contextos permite que o plano seja mais funcional, adaptando estratégias pedagógicas às vivências cotidianas dos estudantes. A escuta qualificada das famílias torna-se essencial nesse processo, pois amplia o olhar da escola para além do conteúdo curricular, incorporando metas relacionadas ao bem-estar, à autonomia e à inclusão social do estudante. Os autores reforçam que tal abordagem só é possível quando há abertura para o diálogo e disposição institucional para rever práticas consolidadas.

O envolvimento familiar, portanto, não deve ser compreendido apenas como um recurso complementar, mas como parte estruturante da construção do PEI. Quando os familiares são convidados a participar da definição das metas e estratégias educacionais, fortalecem-se os vínculos entre escola e comunidade e aumenta-se a coerência entre os ambientes de aprendizagem. Cunha, Oliveira e Silva (2025) ressaltam que esse processo exige da equipe escolar sensibilidade para reconhecer os saberes produzidos pelas famílias e integrá-los ao planejamento educacional, superando modelos centrados exclusivamente na técnica pedagógica.

A importância dessa colaboração mútua é evidenciada de forma concreta em estudos empíricos, como o de Souza, Sousa e Gomes (2023), que apresentaram a experiência de elaboração e aplicação do PEI para uma aluna com deficiência intelectual matriculada na rede pública. O estudo de caso teve início com entrevistas junto à equipe docente e aos familiares, a fim de levantar dados sobre o desenvolvimento, o desempenho escolar e o cotidiano da estudante. Essa etapa inicial foi fundamental para identificar suas potencialidades e dificuldades tanto na escola quanto no ambiente doméstico. Conforme relatam os autores Souza, Sousa e Gomes (2023):

[...] o próximo passo foi a realização de uma entrevista com a mãe da aluna em busca de elementos que contribuísse para elaboração do PEI, como seu desenvolvimento, seu desempenho escolar e as queixas dos professores, com a finalidade de identificar as dificuldades e potencialidades manifestadas por Maria em sua casa e na escola (Souza; Sousa; Gomes, 2023, p. 27).

A partir dessa escuta inicial, foi possível delinear estratégias pedagógicas ajustadas à realidade da estudante, considerando seus aspectos cognitivos, emocionais e sociais. O plano elaborado favoreceu o engajamento da aluna nas atividades escolares e contribuiu para seu progresso educacional. Segundo os autores, o envolvimento ativo dos professores nas etapas de diagnóstico e acompanhamento foi decisivo para garantir a coerência e a continuidade das ações planejadas, demonstrando a centralidade do trabalho colaborativo na efetividade do PEI.

Contudo, para que esse tipo de prática se sustente no tempo e se consolide como rotina escolar, é indispensável a criação de espaços institucionais que favoreçam o planejamento conjunto, o monitoramento das metas e a avaliação coletiva dos resultados. Cunha, Oliveira e Silva (2025) alertam que a ausência de momentos formais de escuta e partilha entre os profissionais pode comprometer a funcionalidade do plano, gerando fragmentação das intervenções e descontinuidade nos processos pedagógicos. A implementação eficaz do PEI requer, portanto, não apenas o envolvimento dos profissionais da educação, mas o compromisso da gestão escolar em assegurar condições estruturais para o trabalho colaborativo.

Assim, evidencia-se que o PEI, quando construído de forma coletiva, sensível e articulada, transcende seu papel técnico e se transforma em um dispositivo de integração e transformação das práticas pedagógicas. Ao fomentar o diálogo entre diferentes agentes, alinhar expectativas e centralizar as necessidades do estudante, o plano atua como catalisador de mudanças na cultura institucional da escola. A literatura analisada demonstra que, mesmo em contextos adversos, a mobilização da equipe escolar em torno de um projeto pedagógico comum pode gerar impactos positivos sobre a inclusão educacional. A implementação do PEI, nesse sentido, não representa apenas um procedimento burocrático, mas uma prática ética, comprometida com a equidade e com o direito à aprendizagem de todos.

Limites e possibilidades do PEI no contexto da educação básica pública: evidências empíricas e lacunas institucionais

A implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) na educação básica pública brasileira encontra-se atravessada por um conjunto de desafios que comprometem sua efetividade como instrumento pedagógico de promoção da equidade. Apesar de reconhecido por seu potencial inclusivo, o PEI carece de regulamentação específica em âmbito nacional, o que fragiliza sua obrigatoriedade e dificulta sua consolidação como prática institucional sistemática. Na ausência de normativas claras, sua adoção depende, muitas vezes, da sensibilidade individual de docentes ou gestores, conforme apontam Costa, Schmidt e Camargo (2023), o que resulta em disparidades significativas entre as redes de ensino e entre as próprias unidades escolares.

Esse cenário é agravado por entraves administrativos que impactam diretamente na elaboração e continuidade do PEI. Estudos empíricos destacam a escassez de tempo destinado ao planejamento pedagógico, a alta rotatividade de profissionais e a baixa adesão da gestão escolar como fatores que desestimulam a construção coletiva do plano e comprometem a sistematização das ações educativas. Costa, Schmidt e Camargo (2023) identificaram, em seu levantamento, que o indicador relativo ao apoio administrativo foi o de menor evolução, sinalizando a carência de suporte institucional para viabilizar reuniões, formações e acompanhamento do plano. Cunha, Oliveira e Silva (2025) reforçam esse diagnóstico ao apontar a sobrecarga docente como uma das principais barreiras à implementação do PEI, ainda que exista disposição por parte dos educadores.

Outro fator que limita a aplicabilidade do plano é a ausência de condições estruturais adequadas. A falta de equipes multidisciplinares, de recursos didáticos adaptados e de espaços regulares para o planejamento conjunto dificultam que o PEI se concretize como um documento funcional e contextualizado. Conforme observam Cunha, Oliveira e Silva (2025), tais limitações não apenas restringem o uso do plano, como também comprometem sua coerência pedagógica, sobretudo em contextos escolares marcados por desigualdades históricas e escassez de investimentos. Ainda que existam experiências pontuais de sucesso, conforme destacam Costa, Schmidt e Camargo (2023), os resultados positivos estão fortemente condicionados ao engajamento coletivo da equipe escolar e à clareza quanto às metas traçadas.

No âmbito da formação docente, identificam-se deficiências tanto na formação inicial quanto na continuada, especialmente no que diz respeito à elaboração e aplicação do PEI. A ausência de conteúdos específicos sobre planejamento individualizado nos cursos de licenciatura, aliada à fragilidade dos programas de capacitação em serviço, impede que os profissionais dominem os fundamentos técnico-pedagógicos necessários para construção e execução do plano. Cunha, Oliveira e Silva (2025) argumentam que, sem o fortalecimento de uma cultura institucional que valorize a singularidade dos processos de aprendizagem, o PEI tende a ser reduzido a um instrumento formal, descolado das necessidades reais dos estudantes.

Apesar dessas limitações, os estudos analisados apontam que o PEI apresenta potencial significativo para transformar práticas escolares e promover avanços na inclusão, especialmente quando sua construção é orientada por metas claras e envolvimento coletivo. Costa, Schmidt e Camargo (2023) demonstram que, mesmo em contextos adversos, é possível alcançar resultados positivos desde que haja sistematização das ações e comprometimento institucional. Tal constatação é corroborada por Souza, Sousa e Gomes (2023), que relatam a experiência de elaboração de um PEI para uma aluna com deficiência intelectual, cuja participação nas atividades escolares foi significativamente ampliada após a adequação das práticas pedagógicas às suas características individuais.

Entretanto, a eficácia do plano depende, também, da articulação entre todos os profissionais envolvidos no processo educativo. A ausência de integração entre docentes, monitores, gestores e famílias pode comprometer a coerência das intervenções planejadas. Em estudo de campo, Costa, Schmidt e Camargo (2023) relatam, por exemplo, que a não participação do monitor escolar nas reuniões de elaboração do PEI dificultou a execução das estratégias no cotidiano da sala de aula, revelando falhas na comunicação e na corresponsabilidade entre os agentes educacionais.

Esse descompasso entre os princípios legais da inclusão e sua materialização nas práticas escolares reflete uma histórica lacuna das políticas educacionais brasileiras. Conforme destacam Souza, Sousa e Gomes (2023), embora o acesso à escola comum tenha sido proposto na década de 1960, ele permaneceu, por muito tempo, restrito aos estudantes que conseguiam acompanhar o currículo formal, sem o devido reconhecimento das suas necessidades específicas. Mesmo após os avanços normativos — como os garantidos no artigo 205 da Constituição Federal de 1988

— ainda é necessário um esforço efetivo para que os princípios da equidade e da personalização do ensino se convertam em ações concretas dentro das escolas. Nesse sentido, Souza, Sousa e Gomes (2023) afirmam:

[...] não há como considerar que uma criança com deficiência mental, com autismo, com paralisia cerebral ou com uma deficiência sensorial (visual ou auditiva) possa ter o devido atendimento pedagógico sem uma suficiente distinção de suas características cognitivas e de aprendizagem (Souza; Sousa; Gomes, 2023, p. 24).

Assim, embora a literatura reconheça o PEI como uma ferramenta pedagógica potente para viabilizar práticas inclusivas, sua consolidação no cotidiano escolar depende de ações articuladas entre diferentes esferas. Para que o plano ultrapasse o caráter meramente burocrático e se efetive como instrumento de mediação pedagógica, é fundamental o investimento em formação continuada, o fortalecimento das equipes escolares, a criação de dispositivos normativos que regulamentem sua obrigatoriedade e a alocação de recursos que garantam sua aplicabilidade. O desafio, portanto, não reside unicamente na elaboração do PEI, mas na construção de condições institucionais e políticas que assegurem sua continuidade e eficácia nos diversos contextos da educação pública brasileira.

Resultados e discussões

A análise dos dados obtidos por meio da literatura consultada evidenciou que o Plano Educacional Individualizado (PEI) configura-se como um instrumento pedagógico estratégico na mediação do processo de escolarização de estudantes com deficiência, sobretudo quando sua elaboração e execução ocorrem de forma articulada entre docentes, equipe pedagógica e familiares. Os estudos revisados demonstraram que a implementação do PEI favorece uma reestruturação significativa do trabalho pedagógico, permitindo o alinhamento entre as metas escolares e as necessidades específicas dos estudantes. Além disso, sua adoção fortalece práticas colaborativas e estimula o desenvolvimento de estratégias didáticas mais contextualizadas, sensíveis à singularidade dos sujeitos, o que contribui diretamente para a ampliação do acesso, permanência e participação na escola comum.

A leitura crítica dos achados, no entanto, aponta para uma série de obstáculos que limitam a eficácia e a institucionalização do PEI, especialmente no contexto da educação básica pública. Entre as principais barreiras destacam-se a ausência de regulamentação normativa específica, a escassez de tempo destinado ao planejamento individualizado e as fragilidades na formação inicial e continuada dos docentes. Tais fatores dificultam a sistematização das ações propostas, comprometem a integração entre os profissionais envolvidos e tornam o uso do PEI altamente dependente de iniciativas isoladas e não sustentadas por uma política educacional consolidada. Ainda se somam a esses desafios a rotatividade de pessoal, a sobrecarga de trabalho docente e a insuficiência de equipes interdisciplinares, elementos que reduzem a capacidade das escolas de implementar o plano de forma contínua e estruturada.

Esses apontamentos corroboram as contribuições de Cunha, Oliveira e Silva (2025), que defendem a incorporação do PEI nos projetos político-pedagógicos escolares e nas políticas públicas como condição para sua consolidação. Na mesma direção, Costa, Schmidt e Camargo (2023) ressaltam que o planejamento individualizado alcança maior efetividade quando sustentado por uma cultura institucional comprometida com a inclusão e por práticas colaborativas entre os diversos agentes escolares. As proposições de Souza, Sousa e Gomes (2023) reforçam esse entendimento ao destacarem, em estudos de caso, que a eficácia do PEI está diretamente associada à escuta ativa dos envolvidos, à definição clara de objetivos e à continuidade das ações pedagógicas ao longo do tempo.

Entretanto, persistem lacunas relevantes entre a teoria e a prática, especialmente no que se refere à aplicação sistemática do PEI nas redes públicas de ensino. A inexistência de dispositivos legais que assegurem sua obrigatoriedade e padronização gera insegurança quanto ao seu uso, o que, aliado à falta de recursos materiais e humanos, limita sua disseminação. Essa distância entre o discurso inclusivo e sua materialização no cotidiano escolar é evidenciada por estudos que apontam a dificuldade das instituições de ensino em operacionalizar as diretrizes legais em contextos marcados por desigualdades estruturais e ausência de apoio institucional.

Apesar dessas limitações, algumas evidências revelaram aspectos promissores. Mesmo em cenários marcados pela escassez de recursos e ausência de regulamentação, observou-se que o PEI pode produzir efeitos positivos quando há comprometimento das equipes escolares e clareza na definição dos objetivos educacionais. Essa constatação reforça o papel da liderança pedagógica, da autonomia docente e da cultura colaborativa como variáveis-chave para a efetivação de práticas inclusivas. A literatura indica que, em ambientes onde esses elementos estão presentes, ainda que parcialmente, é possível observar avanços significativos na construção de propostas pedagógicas que respeitem a diversidade dos estudantes público-alvo da educação especial.

Todavia, desafios importantes persistem. A inexistência de instrumentos padronizados para a elaboração e o acompanhamento do PEI dificulta a avaliação longitudinal de seus efeitos, inviabilizando a produção de indicadores de qualidade para sua implementação. Soma-se a isso a escassez de pesquisas empíricas de larga escala que investiguem os impactos do plano em diferentes regiões do país e modalidades de ensino, limitando a generalização dos resultados e o avanço do debate científico sobre o tema.

Diante desse cenário, torna-se imperativo o investimento em políticas de formação continuada voltadas à elaboração, monitoramento e avaliação do PEI, bem como na criação de mecanismos institucionais que assegurem sua efetividade. Recomenda-se, ainda, a ampliação de pesquisas que explorem a aplicação do plano em diferentes etapas da escolarização, com destaque para a educação infantil e o ensino médio, cujas especificidades são pouco abordadas na literatura atual. Estudos que contemplem a percepção de estudantes e suas famílias também são fundamentais para avaliar a eficácia do PEI sob a perspectiva dos sujeitos diretamente impactados, promovendo uma compreensão mais dialógica, inclusiva e democrática sobre sua

aplicabilidade. Além disso, a análise das condições institucionais que favorecem ou dificultam sua implementação pode subsidiar a formulação de políticas públicas mais adequadas às realidades das escolas públicas brasileiras.

Conclusão

O estudo desenvolvido permitiu compreender, de modo aprofundado, as múltiplas dimensões que envolvem a estruturação, implementação e aplicabilidade do Plano Educacional Individualizado (PEI) no contexto da educação básica pública, especialmente em sua função mediadora no processo de inclusão escolar. As análises realizadas, ancoradas em referenciais teóricos recentes e em evidências empíricas, possibilitaram responder às questões formuladas na introdução e orientadas metodologicamente ao longo do percurso investigativo: em que medida o PEI contribui para práticas pedagógicas inclusivas? Quais os limites enfrentados por sua aplicação? E de que forma ele influencia o trabalho colaborativo entre profissionais da educação e famílias?

Os objetivos delineados na pesquisa foram integralmente alcançados. O primeiro deles, referente à análise da estruturação do PEI como instrumento de mediação pedagógica, demonstrou que sua eficácia depende da construção de metas pedagógicas claras, da consideração das particularidades cognitivas e sociais dos estudantes e da articulação entre diferentes saberes profissionais. O segundo objetivo, voltado à análise da influência do PEI na colaboração entre profissionais e famílias, evidenciou que sua aplicação contribui para o fortalecimento de práticas coletivas e para a ampliação do diálogo entre os atores envolvidos no processo educacional. Por fim, o terceiro objetivo, relacionado à identificação dos limites e das possibilidades do PEI no contexto da escola pública, revelou que sua efetivação ainda enfrenta entraves de ordem institucional, normativa e formativa, embora haja indícios de práticas exitosas mesmo em contextos adversos.

As conclusões obtidas indicam que o PEI possui potencial concreto para promover a inclusão escolar quando concebido como parte de uma ação pedagógica planejada, sistemática e colaborativa. No entanto, sua adoção ainda está sujeita a variações significativas em função das condições estruturais das instituições de ensino, do engajamento das equipes escolares e da ausência de diretrizes legais específicas que regulamentem sua obrigatoriedade e operacionalização nas redes públicas.

Com base nas lacunas identificadas durante a análise, recomenda-se o desenvolvimento de estudos futuros que abordem o impacto do PEI em outras etapas da educação básica, como a educação infantil e o ensino médio, que permanecem pouco exploradas na produção acadêmica. Além disso, investigações com abordagem quantitativa poderão contribuir para mensurar os efeitos do PEI no desempenho escolar e nos processos de socialização de estudantes com deficiência. Também se indica a necessidade de pesquisas que incluam a perspectiva dos estudantes e de seus familiares, a fim de avaliar a efetividade do plano sob o ponto de vista dos sujeitos diretamente

envolvidos. Tais estudos podem oferecer subsídios importantes para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a formulação de políticas públicas comprometidas com a equidade educacional.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

COSTA, D. D. S.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. P. H. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de estudantes com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280098, 2023.

CUNHA, B. S. M. C. da; OLIVEIRA, A. A. R.; SILVA, I. M. da. O plano educacional individualizado como ferramenta de inclusão para estudantes autistas: uma abordagem integrativa entre neurociência e teorias da aprendizagem. **Metodologias e Aprendizagem**, v. 8, p. 499-520, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.

SOUZA, A. M. da S.; SOUSA, L. P. F. de; GOMES, V. L. Plano educacional individualizado como principal ferramenta pedagógica e inclusiva. **Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPIFIP**, v. 2, n. 12, pp. 19-33, 2023.